

# A JANGADA E A NAU: A NAÇÃO PORTUGUESA DE JOSÉ SARAMAGO E DE EDUARDO LOURENÇO

---

## *The raft and the ship: the Portuguese nation of José Saramago and Eduardo Lourenço*

Naira Almeida Nascimento\*

### RESUMO

A jangada e a nau destacam-se como imagens privilegiadas tanto por José Saramago (*A jangada de pedra*) como por Eduardo Lourenço (*A nau de Ícaro*) enquanto metáforas de leitura da nação portuguesa. Esse artigo procura evidenciar o diálogo estabelecido entre a produção ficcional de José Saramago, centrada nesse caso sobretudo no romance *A viagem do elefante* (2008), e a ensaística de Eduardo Lourenço, presentes em *O labirinto da saudade* (1983), *Nós e a Europa ou as duas razões* (1988) e *A nau de Ícaro* (1999). Numa escrita marcada pelo veio crítico mas também pelo acento lírico, Eduardo Lourenço buscou dimensionar em numerosos estudos o lugar de Portugal e dos portugueses no mundo após a aventura marítima de mais de cinco séculos. Empresa semelhante foi testada por José Saramago, não sem alguma resistência por parte de seus compatriotas.

Palavras-chave: *Portugal, Eduardo Lourenço, José Saramago.*

\* UTFPR.

## ABSTRACT

The raft and the ship are noticeable as privileged images both by José Saramago (*A Jangada de pedra* - The Stone Raft) and by Eduardo Lourenço (*A nau de Ícaro* - The ship of Icarus), as metaphors of the Portuguese nation. This paper has as the purpose of highlighting the dialogue between the fictional work of José Saramago, centered in the novel *A viagem do elefante* (The Elephant trip, 2008), and Eduardo Lourenço's essays *O labirinto da saudade* (The maze of melancholy, 1983) and *A nau de Ícaro* (The ship of Icarus, 1999). Written with a critical but also lyrical tone, Eduardo Lourenço tried to dimension, by several studies, the place of Portugal and Portuguese people in the world, after the maritime adventure of more than five centuries. Similar enterprise was tested by José Saramago, not without opposition from his countrymen.

Keywords: *Portugal, Eduardo Lourenço, José Saramago.*

A obra de Eduardo Lourenço e de José Saramago assinalam exemplarmente, no âmbito da cultura portuguesa, o que Linda Hutcheon formulou como a poética do Pós-Modernismo, que se revela em especial na sobreposição entre a teoria e a prática estética – ou seja, na coexistência de textos ficcionais que se aventuram no caminho de uma formulação teórica com textos críticos que abdicam da perspectiva cientificista.<sup>1</sup>

Se José Saramago construiu uma trajetória romanesca que, grosso modo, se encaminhou do particular concreto para um sentido cada vez mais alegórico e simbólico em termos propositivos, Eduardo Lourenço ousou empreender sua leitura histórica a partir de uma mitologia, além de se valer do objeto literário como alicerce para sua interpretação. Desse modo, Saramago e Lourenço, ou o romancista e o ensaísta, exemplificam em sua prática o rompimento dos pressupostos empíricos, racionalistas e pretensamente humanistas de nossos sistemas culturais (HUTCHEON, 1991, p. 23).

Tendo como cerne de suas produções a cultura portuguesa, que desponta como a grande temática, os dois pensadores aproximam-se por

1 “Não implicaria considerar a teoria literária como uma prática intelectual especificamente imperialista que ultrapassou a arte [...] nem implicaria acusar a arte auto-reflexiva por ter criado uma teoria ‘que cresceu por dentro’, na qual tendências críticas e literárias específicas se reforçaram mutuamente até chegarem a uma rede hegemônica...” (HUTCHEON, 1991, p. 32).

uma quantidade considerável de interesses mas também se distinguem por alguns traços marcantes. Um deles talvez resida na expectativa com que leem seu país através da história. Enquanto a ironia parece ter pautado grande parte da produção saramaguiana, o ensaísta primou, muitas vezes, por uma lógica integradora, ainda que reconhecendo as marcas dissonantes. A tônica irônica já presente no *Levantado do chão* (1980), em que a temática aparentada com as predileções neo-realistas, qual seja, a da narração de uma família alentejana de origem rural em sua luta pelas difíceis condições de sobrevivência diante do poder latifundiário, já cede a um simbolismo que se anuncia por meio da atualização do episódio bíblico do nascimento do menino Jesus.

A opção, a partir daí, pela ficção histórica evidenciaria um modo de reflexão que tem como principal foco o presente, como também ocorre no pensamento de Eduardo Lourenço, que assim justifica a retomada histórica em seu clássico estudo “Psicanálise mítica do destino português”:

O nosso surgimento como Estado foi do tipo *traumático* e desse traumatismo nunca na verdade nos levantámos até à plena assumpção da maturidade histórica prometida pelos céus e pelos séculos a esse rebento incrivelmente frágil para ter podido aparecer, e misteriosamente forte para ousar subsistir. (LOURENÇO, 1988, p. 18).

Questão que serviria de mote para a explicação de um presente histórico:

Na ordem externa, acentua-se, cada dia que passa, a nossa estrutural dependência de nações ou grupos para quem a Revolução de Abril, mesmo mitigada, não é nem pode ser *persona grata*. Sob tão pouco exaltante pano de fundo terá chegado a hora de regresso de todos os fantasmas maléficos da nossa História que periodicamente nos visitam? Somos nós incuráveis, paradoxais geradores ou co-geradores de povos e incapazes de construir um telhado duradouro para a nossa própria casa? (LOURENÇO, 1988, p. 62).

*Memorial do convento* (1982), *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984), *A jangada de pedra* (1986), *História do cerco de Lisboa* (1989), em suma, toda a década de oitenta marcaria esse mergulho dos romances de Saramago nos temas da cultura portuguesa. A construção do convento de

Maфра pelo rei D. João V no início do século XVIII, a vivificação do heterônimo de Fernando Pessoa de feição mais clássica, o debate identitário ibérico às vésperas da integração europeia e a revisitação do fato histórico medieval acerca da tomada de Lisboa questionam os pleitos da história oficial ao oferecer o protagonismo de suas tramas a simples e invisíveis mortais, ou mesmo a personagens de papel, como no caso de Ricardo Reis.

Também Lourenço não descuidou do tratamento da cultura portuguesa e da interpretação de seus ícones, tais como o próprio Fernando Pessoa, e da investida no passado a fim de melhor compreendê-los. Camões, um desses emblemas, elevado à condição mítica pelo movimento romântico e que alcança posição relevante na leitura de Eduardo Lourenço, encontra correspondência em Saramago na peça *O que Farei com Este livro?* (1980), ao evidenciar e ao dramatizar as precárias condições de publicação de *Os Lusíadas*, o livro que inscreveria a missão da história portuguesa no mundo criado em meio ao século XVI.

A centralidade camonianiana apoia-se na ideia de Lourenço de que é pela sua retomada, tanto no período romântico com o *Camões*, de Garrett, como pela *Mensagem*, que se desenha o processo da autognose de Portugal.

Não é por acaso que no começo e no fim do processo nós encontramos o primeiro e o último dos grandes intertextos da nossa moderna literatura, textos-diálogos nos quais se refaz com míticos textos alheios (em ambos os casos *Os Lusíadas*, a lenda camonianiana ou o discurso místico-ocultista) a trama inteira do percurso nacional enquanto aventura rematada por desastres de essência redentora, na memória que os evoca ou no messianismo que deles se alimenta. (LOURENÇO, 1988, p. 84).

Após uma fase em que o apelo ao alegórico fica patente, marcado por títulos como *O evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio sobre a cegueira* (1995), *Todos os nomes* (1997), *A caverna* (2000), *O homem duplicado* (2002), *Ensaio sobre a lucidez* (2004), *As intermitências da morte* (2005), Saramago retorna à história portuguesa por meio de *A viagem do elefante* (2008), romance dedicado à esposa Pilar, que, de acordo com as palavras da dedicatória, o salvou da morte. A sobrevida de dois anos até o seu falecimento, em 2010, permitiria a publicação ainda de dois livros. Além do título de 2008, registra-se o romance *Caim* (2009), em que se retoma o debate religioso presente em quase toda a sua obra de consagrado ateu. Diferentemente da recepção polêmica que mereceu o último romance, *A viagem do elefante* foi saudado com simpatia, ainda que não houvesse despertado um interesse mais atento por parte da crítica em geral. Diante de um homem já combalido em sua saúde com uma trajetória consagrada, a narrativa sobre o périplo do elefante que o rei D. João III oferece em presente

de casamento ao arquiduque Maximiliano II, genro do Imperador Carlos V, em 1551, apesar das respostas generosas que recebeu, foi lida mais como um leve e humorístico relato, ainda que se considere a permanência de traços que tornaram seu autor conhecido.

Se os tópicos preferenciais do autor marcam presença no romance através das críticas à pseudo-religiosidade, aos interesses políticos e à obtusidade humana, a história colhida, segundo o autor, por puro acaso durante uma viagem à Áustria, não o teria motivado se ali não encontrasse o suporte de uma leitura mais abrangente, de corte imagético, tão ao seu gosto. A esse propósito, vale lembrar que é a partir desse nível de operações, ou seja, da ordem das imagens que se forja o pensamento crítico de Eduardo Lourenço, ou o que ele denominou de “imagologia”, na introdução de *O labirinto da saudade*, ou seja, “um discurso crítico sobre as imagens que de nós temos forjado” (LOURENÇO, 1988, p. 12).

Não apenas o processo proposto por ambos autores passa por uma tentativa de encenação e interpretação em que a carga imagética desempenha papel de relevo mas também a tomada primeira para cercar esse objeto constrói-se a partir de uma perspectiva externa. Disso é sintomático a trajetória tanto de Eduardo Lourenço, fixado na França desde 1960, sendo que já no início da década anterior passa a ocupar funções em universidades europeias, enquanto Saramago só mais tardiamente deixará de viver em Portugal como retaliação pela censura ao *Evangelho segundo Jesus Cristo*, em 1991.

Essa percepção a partir de fora colabora na construção de um corpo que ganha certa homogeneidade porque percebido a partir de sua exterioridade. O corpo português parece ganhar um certo contorno da voz exterior na própria narrativa de construção do objeto, como no caso da origem do enredo de *A viagem do elefante*, relatado por seu autor. Tendo ido almoçar com uma amiga, professora na Universidade de Salzburgo, no restaurante *O Elefante* naquela cidade, Saramago se surpreende com as esculturas de madeira que representavam, através de monumentos europeus, a rota desenhada pela comitiva que levou o elefante de Lisboa a Viena em 1551. Da sugestão proporcionada pela história velada por detrás das esculturas, enriquecida pela pesquisa histórica, nasce então o romance.

Caminho semelhante teria tomado Eduardo Lourenço na composição do ensaio “A nau de Ícaro”, que integra o volume com o mesmo nome:

No Museu Real de Bruxelas pode ver-se um quadro de Peter Breughel, o Velho, *A queda de Ícaro*. Apesar do caráter trágico da fábula, essa pintura exprime um sentimento de paz, quase de serenidade. O símbolo da ambição humana mergulha no mar no meio da in-

diferença de tudo o que o envolve, homens concentrados no seu trabalho, baía serena com algumas barcas, natureza adormecida como num sonho que acabaria melhor do que o de Ícaro. À direita do quadro, não longe do ponto onde o herói desaparece nas águas calmas, sobressai uma imponente carranca pintada com a minúcia flamenga característica do grande pintor. Tal é a minúcia que podemos ver no alto dos mastros duas bandeiras com as armas de Portugal, o escudo com as “quinas”, em memória das cinco chagas de Cristo. (LOURENÇO, 2001, p. 44).

Em ambas situações, o ponto de partida é uma representação artística, sejam as estátuas de madeira ou o quadro, cujos autores, externos ao espaço português, incluem em sua representação um dado que, em certa medida, toca a leitura acerca da identidade do país, realizada, por sua vez, por intérpretes que, não obstante compartilharem a mesma nacionalidade portuguesa, tentam dimensioná-la por meio de uma pressuposta exterioridade. Em suma, prevalece aqui o olhar fundado sobre o outro. É justamente sobre esse tópico que se pretende desenvolver a reflexão sobre *A viagem do elefante*.

O romance, ainda que de forma menos evidenciada, retorna a um tema já abordado antes, nomeadamente em *A jangada de pedra*, qual seja, o do questionamento acerca de Portugal e dos portugueses no concerto das nações e, em especial, na sua relação com a entidade denominada Europa. Também aqui a preocupação de Saramago vai ao encontro daquela de Lourenço, que elegeu como sua principal temática a presença de Portugal no mundo. A saída alegórica de Saramago no romance de 1986, ou seja, a de um barco-continente vagando rumo ao sul para encontrar seu porto, é contudo rebatida por Lourenço, que a caracteriza como divertida mas falaciosa:

Teria de lembrar que essa Europa onde nos dissolveríamos, frágeis capuchinhos do lobo capitalista e multinacional que ela representa, não é *culturalmente* ninguém, mas o espaço aberto onde durante séculos não desdenhámos de aprender, de ensinar ocasionalmente e de ser vistos, ouvidos e lidos.

Se alguma vez este alegórico reflexo de *pânico* diante do nosso futuro como europeus não se justificou é nos dias que correm. A deriva atlântica já a fizemos. É mesmo a essência do nosso específico europeísmo. É dela que estamos regressando, continuando aliás nela sem contradição alguma com a nossa participação na construção europeia. (LOURENÇO, 1990, p. 36).

Em outro ensaio, Lourenço concluiria que *A Jangada de Saramago* caminha mais para o passado que propriamente em meio ao tempo presente,

“confuso e enigmático, deste fim de século”. (LOURENÇO, 2001, p. 112). Para ele, a Europa, diante da qual a nação portuguesa viveu entre o fascínio e o ressentimento, não passa de uma entidade abstrata que para continuar a existir deve integrar-se ao que, a princípio, julgava ser o seu traço menos europeu, ou ao menos um traço europeu de segunda ordem. Em lugar de virar as costas à história europeia, como propõe Saramago, Lourenço acredita que o europeísmo *à la portugaise* teria mais a contribuir que a envergonhar:

A Europa não inventou um tipo de humanidade mais exemplar que D. Quijote, loucura cristã para tempos regidos pela regra de ouro da objectividade e da legalidade. É quixotesicamente que devemos viver a Europa e desejar que a Europa viva. Com a mesma ironia calma com que Caeiro se vangloriava de oferecer o Universo ao Universo, nós, primeiros exilados da Europa e seus medianeiros da universalidade com a sua marca indelével, bem podemos trazer a nossa Europa à Europa. E dessa maneira reconciliarmo-nos, enfim, conosco próprios. (LOURENÇO, 1990, p. 37).

Metáfora privilegiada do país, a jangada, a nau, em suma, o barco-nação, seria outras vezes referida por Lourenço enquanto metáfora do país, no trânsito entre o velho e o novo mundo, assinalando o seu caráter a-histórico:

A poucas *nações* se aplicaria tão bem, como a Portugal, a imagem “navio-nação” e melhor ainda a de *nação-navio*, pela identidade de destino e o projecto que encarnou, deslocando-se no espaço e no tempo, mas *tão sempre a mesma* na diferença apenas apreciável que a História vai constituindo. E nem sequer no período em que parecia *nave perdida* ou naquele, como o presente, em que só se desenha como *barco exíguo* e sem rumo transcendente, à maneira antiga, esse particular sentimento *caseiro* da sua realidade, essa quase absurda *inocência* do seu estatuto entre as nações, nunca verdadeiramente se perdeu. Como se tivesse nascido - e assim o imaginaram os seus cronistas e poetas - sob o olhar de Deus, ficando como imune à tempestade da História. Delírio pouco consentâneo com a sua *evidente* realidade de nação hoje marginalizada ou à margem da mesma História? Se se quiser. Mas essa é também uma muito antiga e constante maneira de *ser português*. (LOURENÇO, 1990, p. 14 -15).

Também Saramago já havia se valido da metáfora em trabalho anterior, na obra teatral *Que farei com esse livro*, reportando-se ao reinado de D. Sebastião, embora com sentido inverso:

El-rei rodeia-se de frades e privados, não quer saber doutros conselhos, e Deus sabe que estes não são bons. Todo o seu sonho é conquistar Marrocos, vencer o Turco, libertar os Santos Lugares. A rainha inclina-se para Castela, está-lhe no sangue, o cardeal opõe-se, mas ninguém sabe ao certo o que quer o cardeal. Na Índia não pensávamos que o reino fosse essa barca sem leme nem mastro. (SARAMAGO, 1998, p. 33).

*A viagem do elefante*, situada na plenitude da história portuguesa, em meados do séc. XVI, marcaria simultaneamente o seu ingresso numa Europa que se cinde em duas e que projeta o início da decadência do pequeno país ibérico. A Inquisição portuguesa, requerida por D. João III ao papa, com início em 1536, segue os rastros da Espanha, que desde 1478, com os reis católicos Isabel e Fernando, já andava no encalço dos dissidentes religiosos. Eduardo Lourenço diagnostica assim a dicotomia criada pela Reforma, em conferência proferida aos franceses em 1988:

O nosso destino, a partir da segunda metade do século XVI, cumpre-se à margem – e mesmo contra – do espaço religioso, cultural, político e, acessoriamente, científico, definido pela Reforma ou pelas suas consequências. Esta escolha não foi uma simples peripécia. Pelo contrário, comprometeu o nosso futuro, como Calvino comprometeu o da vossa cidade e o do vosso país. A bem dizer não houve uma escolha, da mesma forma que não houve nunca, entre nós, uma guerra ou guerras de religião. Para nós, tornarmo-nos, no século XVI, os defensores – com os Espanhóis – da Igreja Romana e ser portugueses era uma e a mesma escolha. Desde então, vivemos real e simbolicamente numa Europa diferente da que fora marcada pela Reforma. Mas, como consequência maior, separávamo-nos também de uma outra Europa, que sem coincidir com a primeira até a divide, aquela onde germinava a outra grande revolução da cultura europeia. Refiro-me, naturalmente, ao crescimento lento mas irreversível da ciência físico-matemática, através de Copérnico, Kepler, Galileu e Torricelli. (LOURENÇO, 1990, p. 147-148).

É justamente esse período que Saramago, argutamente, elege para a sua viagem do elefante – o espaço que medeia a implantação da Inquisição e o início do domínio filipino, em 1580, que, com a perda da autonomia



política, agravaria a distância em relação a essa outra Europa. O período já havia merecido a atenção de Saramago com o texto dramático *Que farei com esse livro?*, em que o personagem de Camões se debate desesperadamente para receber o favor real pela publicação do livro que seria o canto épico do seu povo exatamente num momento que antecedia em poucos anos a morte de D. Sebastião. Lembre-se ainda que o receio pela união das coroas ibéricas já se registrava antes do acontecimento fatídico de Alcácer-Quibir, em 1578, mais precisamente em 1554, ou seja, três anos após o fato romanesco, quando falece o príncipe D. João, único filho sobrevivente do rei D. João III, deixando em vida a esposa, D. Joana, ainda grávida do futuro D. Sebastião, o que justificaria o cognome a ele atribuído, O Desejado.

Os rumos tomados pelas duas Europas é lembrado pela visão crítica de Subhro, o treinador do elefante no romance, ao comparar a corte portuguesa com a austríaca:

[...] ele a quem a bisonha corte portuguesa, neste particular mais inclinada às beatices de confessorário e sacristia do que ao requinte dos salões mundanos, não tinha servido de guia, tanto mais que o cornaca, confinado como sempre esteve à pouco aseada cerca de belém, nunca lhe haviam sido feitas propostas para melhorar a sua educação. (SARAMAGO, 2008, p. 171).

*A viagem do elefante* tem como ponto de partida o diálogo entre o rei D. João III e sua esposa, D. Catarina de Áustria, diálogo que incide sobre a escolha da oferenda que fariam ao primo Maximiliano II, regente de Espanha, a fim de o compensar pelo presente pouco significativo pelas bodas comemoradas quatro anos antes com D. Maria, de Espanha ou de Habsburgo. A lembrança de um exemplar de elefante, levado da Índia até Lisboa dois anos antes, numa prática que evocava a grandeza na época das nações envolvidas na expansão ultramarina, e que jazia esquecido em Belém, é reativada pelo rei que vê a ocasião como solução para dois problemas: adular o Imperador do Sacro-Império Romano e livrar-se de um peso morto, o elefante Salomão. A princípio, as negociações correm tranquilamente, contudo a viagem de entrega do animal aos soldados de Maximiliano na Espanha e o trecho seguinte até Viena transformam-se metonimicamente nas disputas políticas e religiosas que pairam sobre a Europa numa época em que a Reforma religiosa já era um fato.

O canto da decadência a que o romance dá azo abdica, no entanto, da dramaticidade, optando pela saída humorística com ares de uma pantomima, o que se justifica pelo intertexto do *Amadis de Gaula*,

livro de cabeceira do comandante português responsável por conduzir o destacamento até a Espanha.

Vale lembrar que Eduardo Lourenço historiciza a complexa relação portuguesa com a Europa atentando que o complexo de inferioridade que marcaria os últimos séculos ainda não se apresenta antes do século XVIII. Apesar de reconhecer a grande ruptura ibérica do restante europeu no período barroco, que bifurcará duas formas distintas de pensamento, o ensaísta localiza o distanciamento somente a partir de Voltaire e Montesquieu:

A Península desaparece do horizonte como interlocutor válido ou a outra Europa torna-se para a cultura peninsular lugar de refúgio ou modelo inacessível. Começa então a nossa *invisibilidade* ou visibilidade intermitente na cena europeia dominante que é a inglesa ou holandesa no discurso científico e político e a francesa no científico e cultural, em sentido largo. É um longo e obscuro processo que só revela as suas consequências enquanto expressão de um novo relacionamento nosso com a Europa no momento em que os efeitos *práticos* dos progressos da nova ciência, praticamente desconhecida na Península, se fizerem sentir, mais de meio século depois da Primeira Revolução Industrial.” (LOURENÇO, 1990, p. 56-57).

Ou ainda, nos seus desdobramentos:

Essa extraordinária pretensão, essa admirável pretensão, fenômeno sem precedentes desde os tempos gregos na história da cultura ocidental e, na verdade, constitutivo da própria *ideia de Cultura*, foi ilustrado e teorizado, num grau desconhecido na Europa, pela cultura francesa enquanto “discurso das Luzes” e, em seguida, pela *Aufklärung*, sem reflexo original. Foi no círculo dessa “luminosidade”, como o viu o estranho mas agudo engenho de Juan Pablo Forner, que a cultura peninsular – como outras, na Europa ou fora dela – se apercebeu como *menos luminosa* e, nos momentos mais pessimistas, como quase “ausência de luz”. (LOURENÇO, 1990, p. 61).

A estratégia utilizada em *A viagem do elefante* que intenta iluminar essas relações ambíguas remete a procedimentos já colocados em prática pelo autor em outros romances. Parece que mais uma vez Saramago descentraliza o foco político para dar expressão a um acontecimento aparentemente destituído de peso político, mas que afinal transita pelo olho do furacão. De forma semelhante ao protagonismo que é dado a Blimunda, Baltazar e ao Padre Gusmão no tempo da construção do Convento de Mafra e do reinado de D. João V, em *Memorial do Convento*, ou então aos personagens-marinheiros da enorme *jangada de pedra*, Joaquim Carda, Maria Guavaira, Joaquim Sassa,

José Anaíço, Pedro Orce e o cão Constante, os viajantes que caminham de Lisboa a Viena acompanhando o elefante Salomão, ensimesmados com suas insignificantes preocupações, como aquelas do tratador Subhro ou ainda as do comandante do destacamento, acabam por compor um painel de intrincadas tensões, perturbando a ordem sobre que repousam os heróis das histórias oficiais. O liame, às vezes, é dado aparentemente ao acaso pelo narrador:

Isto se escreve para que se veja quão importante era este mundo de personagens, todas elas pertencentes às mais altas realidades, que viveram no tempo de Salomão e que, de uma maneira ou outra, não só tiveram conhecimento directo da sua existência, mas também das épicas ainda que pacíficas façanhas que cometeu. (SARAMAGO, 2008, p. 148).

Seu método, ao romper também com a linearidade, é justificado assim:

O passado é um imenso pedregal que muitos gostariam de percorrer como se de uma auto-estrada se tratasse, enquanto outros, pacientemente, vão de pedra em pedra, e as levantam, porque precisam de saber o que há por baixo delas. Às vezes saem-lhes lacraus ou escolopendras, grossas roscas brancas ou crisálidas a ponto, mas não é impossível que, ao menos uma vez, apareça um elefante [...]. (SARAMAGO, 2008, p. 33).

O elefante Salomão parece representar metaforicamente no romance uma herança colonial a que não se sabe muito bem que destino dar-lhe. Inicialmente, objeto de curiosidade e interesse, o paquiderme resta esquecido, sujo, assim como seu cornaca, até que volta a parecer atrativo, agora como instrumento político no tabuleiro das forças contra-reformistas. Ele e o cornaca formam uma espécie de unidade, tal qual o deus Ganeixa, com corpo humano e cabeça de elefante, em que um dá voz aos sinais emitidos pelo outro, que não possuem correspondência no mundo humano. Salomão e Subhuro representam em primeira instância a fatia oriental do império português; é por meio da comparação que a cultura portuguesa é testada em suas contradições. Enquanto a narrativa que Subhuro oferece aos soldados portugueses acerca de Ganeixa, a divindade hindu com cabeça de elefante, é infantilmente ridicularizada pelos lusos, Subhuro expõe, através da sua observação, as contradições da sociedade em que lhe cabe viver no presente:

Pergunta a si mesmo por que não lhe teria ocorrido nunca vender pêlos de elefante enquanto viveu na Índia, e, em seu foro mais íntimo, pensa que, apesar da abundância exagerada de deuses, subdeuses e demônios que as infestam, há muito menos superstições nas terras onde nasceu do que nesta parte da civilizada e cristianíssima europa, que é capaz de comprar às cegas um pêlo de elefante e acreditar piamente nas patranhas do vendedor. Ter de pagar pelos próprios sonhos deve ser o pior dos desesperos. (SARAMAGO, 2008, p. 195).

Conotado normalmente de forma pejorativa nas culturas ocidentais, enquanto símbolo de lentidão e de desajuste, o elefante encontra uma apreciação bem mais positiva nas culturas asiáticas e africanas de modo geral. Montaria dos reis, o elefante estaria associado na Ásia ao poder de reger. Dessa forma, estabelece-se, no romance, uma provocação em relação aos poderes absolutistas com que a procissão vai se deparando, sejam eles temporais ou espirituais, por meio de passagens em que se discute a posição em que o monarca e o cornaca, palavras que se aproximam do ponto de vista fonético, vão ocupar no cortejo. Está ainda associado, em regiões africanas, à força, à longevidade, à prosperidade e à sabedoria. Prova deste último é a evocação do nome Salomão, remetendo ao rei de Judá e lembrado mais de uma vez no romance. Faz ainda parte da tradição relegar ao elefante uma grande inteligência e excelente memória. Lembre-se que *Memória de elefante* é também título de conhecido romance português em que se evocam as lembranças do personagem alter-ego de António Lobo Antunes e de suas recordações traumáticas sobre a guerra colonial, da qual participou ainda jovem. Curiosamente, cabe registrar que o túmulo de D. Sebastião, localizado no Mosteiro dos Jerônimos, repousa sobre a imagem de dois elefantes.

Enfim, rico em simbologia, o elefante funciona como o móbil para que sejam teatralizadas as várias visões que os portugueses construíram acerca do outro e também como projeção da sua própria imagem no mundo, pois se, a princípio, ele representa a reminiscência do mundo colonial em carne e osso, as relações afetivas que ele e seu tratador estabelecem com os portugueses acabam por aproximá-los da cultura ibérica em oposição a outra Europa. A despedida entre o comandante português e o cornaca ilustra essa sintonia que é estabelecida pela afetividade, ainda que efetivada pontual e circunstancialmente.

Soldados, Subhro veio despedir-se de nós e trouxe, para nossa alegria o elefante cuja segurança tivemos a responsabilidade de proteger durante as últimas semanas. Ter partilhado as horas com este homem foi uma das mais felizes experiências da minha vida, talvez porque a Índia saiba algumas coisas que nós desconhecemos.

Não tenho a certeza de ter chegado a conhecê-lo bem, mas tenho-a, sim, de que ele e eu poderíamos ser, mais do que simples amigos, irmãos. Viena está longe, Lisboa mais longe ainda, é provável que não nos vejamos nunca mais, e talvez seja melhor assim, que guardemos a recordação destes dias de tal maneira que se possa dizer que também nós, estes modestos soldados portugueses, temos memória de elefante. (SARAMAGO, 2008, p. 155).

Desse modo, o elefante, esse animal imenso, desproporcional e deslocado no espaço que ocupa, propicia a percepção das relações humanas, neste caso com o foco voltado para a condição e o lugar dos portugueses no mundo. Em vista da opacidade do outro, que quase sempre predomina na narrativa saramaguiana, as situações vivenciadas por Salomão e Subhro servem como constatação do abismo entre duas paralelas que não se cruzam, como exemplifica o narrador saramaguiano, ao tecer considerações sobre a relatividade entre os sistemas de pesos e de medidas:

E como se entendiam eles, perguntará o leitor curioso e amante do saber, E como nos entendemos nós, pergunta, fugindo à resposta, quem à conversação trouxe este assunto de pesos e medidas. O qual, uma vez exposto com esta meridiana clareza, nos permitirá adoptar uma decisão absolutamente crucial, de certa maneira revolucionária, a saber, enquanto o cornaca e os que o acompanham, porque não teriam outra maneira de entender-se, irão a falar de distâncias de acordo com os usos e os costumes do seu tempo, nós, para que possamos perceber o que ali vai se passando nesta matéria, usaremos as nossas modernas medidas itinerárias, sem ter de recorrer constantemente a fastidiosas tábuas de conversão. No fundo, será, como se num filme, desconhecido naquele século dezasseis, estivéssemos a colar legendas na nossa língua para suprir a ignorância ou um insuficiente conhecimento da língua falada pelos actores. Teremos portanto neste relato dois discursos paralelos que nunca se encontrarão, um, este, que poderemos seguir sem dificuldade, e outro que a partir desse momento, entra no silêncio. Interessante solução. (SARAMAGO, 2008, p. 37-38).

Em suma, o vazio, o silêncio pesam sobre o reconhecimento do outro e só parecem ser transplantados na poética de Saramago pelos vínculos de afetividade que daí possam surgir; caso contrário, estaríamos fadados a um diálogo entre surdos, conforme o extrato demonstra.

*A viagem do elefante* aborda o canto do cisne de uma nação, ou, para nos apropriarmos de um signo usado pelo próprio romance, o canto do elefante, que reverbera a derrota, a decadência e sobretudo o seu caráter obsoleto, após um período fulgurante. A ideia da expressão popular “elefan-

te branco" também paira nesse contexto. Objeto dotado de caráter sagrado no sudeste asiático, a sua atribuição por um monarca a um cortesão não poderia ser rejeitada malgrado os custos inerentes à sua manutenção, o que deu origem à noção de um objeto valioso que, contudo, carece de utilidade.

Através de um tema caro à tradição ocidental, as viagens, e em especial, à tradição portuguesa, a metáfora náutica é aqui abandonada e substituída por um roteiro quase todo ele terrestre, o que também aponta para a ideia de retorno ao país, após o périplo marítimo. A proposta já evocada em Gil Vicente pelo retorno do homem à terra ou ainda o conhecimento real do país, como preconizado pelas *Viagens na minha terra*, de Garrett, encontram aqui eco por meio do confronto com os limites que moldaram a feição portuguesa: o império colonial e a Europa.

Se, para Saramago, a saída diante do lugar histórico em que Portugal passou a ocupar só se definiria por uma afetividade capaz de superar os preconceitos e traumas latentes, para Eduardo Lourenço, cabe justamente a essa feição arrebatada de uma Europa ibérica completar a outra, fruto de uma investida mais abstrata<sup>2</sup> que real:

Mas é bom que nós, Portugueses e Espanhóis, que estivemos séculos dentro e fora do espaço onde se jogava ou se cria jogar a própria ideia de *universalidade*, como se a ela se devesse sacrificar a da *particularidade*, nos lembremos do que foi vivido pelos espíritos mais brilhantes das nossas culturas como uma espécie de travessia do deserto. A nossa "nova identidade" dentro da Europa não pode prescindir dessa experiência. Faz parte da nossa memória e nós dela. (LOURENÇO, 1990, p. 65).

Enfim, José Saramago e Eduardo Lourenço representam, respectivamente, pelas vias da ficção e do ensaio, modos de ler a casa lusitana no mundo e em seu diálogo consigo mesma, evidenciando ambos a possível contribuição do país no concerto das nações. Lourenço, valendo-se da literatura como instrumento de análise para a construção do seu ensaio poético, e Saramago, elevando o romance à condição de exegese, inscreveram seus nomes inequivocamente na interpretação de Portugal no último século.

2 "Neste sentido o romance cultural aqui evocado, entre "nós" e a Europa, não existe. Não existe, senão esquematicamente, como referido a *espaços culturais* que a partir de certo momento tivessem, por assim dizer, propriedades ou vocações epistemológicas inconciliáveis ou dificilmente harmonizáveis [...] A Europa - mesmo a chamada "moderna" - não é definida *essencialmente* como sujeito de uma nova aventura cultural com que a Península ou outras regiões da mesma Europa, ou o resto do Mundo, tivessem que dialogar [...]" (LOURENÇO, 1990, p. 58).

## REFERÊNCIAS

- HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LOURENÇO, Eduardo. *Labirinto da saudade*. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Nós e a Europa ou as duas razões*. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SARAMAGO, J. *A jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Que farei com este livro?* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A viagem do elefante*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Submetido em: 24/07/2014

Aceito em: 27/09/2014